

REPACTUAÇÃO: 21 cidades aderem ao termo de reparação



Quinta foi o último dia para prefeituras aderirem o acordo.

Até as 16h da quinta-feira (06/03), ao menos 21 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo tinham aderido ao acordo de reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, na zona rural do município de Mariana, em Minas Gerais, em 2015.

Ao todo, 49 cidades estão aptas a assinar o termo de pactuação. Quatro prefeituras formalizaram hoje a decisão, horas antes do prazo final.

O teor do acordo entre prefeituras e a mineradora Samarco foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 6 de novembro de 2024. O limite para adesão termina no último segundo desta quinta-feira.

Rompimento da barragem

O rompimento da barragem ocorreu no dia 5 de novembro de 2015. Cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos – volume suficiente para encher 15,6 mil piscinas olímpicas – escoaram por 663 quilômetros pela Bacia do Rio Doce até encontrar o mar no Espírito Santo.

A tragédia deixou 19 mortos. Os distritos mineiros de Bento Rodrigues e Paracatu foram destruídos pela enxurrada. Houve impactos ambientais e as populações de dezenas de municípios de Minas e do Espírito Santo foram afetadas.

A barragem pertencia à mineradora Samarco, uma joint venture (parceria empresarial) entre a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton.

Novo acordo

O acordo homologado pelo STF é uma repactuação da política de reparação anterior, que tinha criado a Fundação Renova para executar as ações. Uma das mudanças foi a extinção da fundação e a disponibilização de recursos diretamente às prefeituras.

A repactuação preconiza que serão destinados R\$ 170 bilhões para ações de reparação e compensação de danos causados pelo desastre. O valor é dividido da seguinte forma: R\$ 100 bilhões serão repassados aos entes públicos (União, estados de Minas Gerais e Espírito Santo e municípios que aderirem); R\$ 32 bilhões serão direcionados para a recuperação de áreas degradadas, remoção

de sedimentos, reassentamento de comunidades e pagamento de indenizações a pessoas atingidas; R\$ 38 milhões foram gastos antes do acordo em ações de reparação dos danos.

Na última quarta-feira (05/03), o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, negou pedido de prorrogação do prazo para municípios aderirem ao acordo. A Associação Mineira de Municípios pedia que o prazo de 120 dias aumentasse para 180 dias, para que as prefeituras pudessem avaliar melhor os termos.

Procurada, a Samarco informou que aderiram à repactuação 21 municípios mineiros e seis capixabas.

Veja lista dos municípios

Minas Gerais:

Bugre

Caratinga

Ponte Nova

Iapu

Santana do Paraíso

Marliéria

Córrego Novo

Sobralia

Pingo D'água

Santa Cruz do Escalvado

Rio Doce

Rio Casca

Dionísio

São Pedro dos Ferros

Raul Soares

Espírito Santo:

Anchieta

Fundão

Serra

Linhares

Conceição da Barra

São Mateus

Julgamento britânico

Uma das condicionantes para a adesão é a desistência da ação de reparação de danos que corre na Justiça britânica. Trinta e sete municípios não se contentaram com os termos do acordo e são representados no Reino Unido pelo escritório de advocacia Pogust Goodhead, sediado em Londres.

No tribunal inglês, esses municípios - assim como 620 mil pessoas e 1,5 mil empresas que se consideram atingidas pelo desastre - processam a BHP Billiton.

O julgamento teve início em 21 de outubro do ano passado e entrou esta semana na reta final, quando os advogados das vítimas fazem as alegações finais. De 10 a 12 de março, será a vez de a defesa da mineradora multinacional se manifestar diante do tribunal.

A previsão do escritório de advocacia é que haja uma sentença até meados deste ano. O Pogust Goodhead estima que os valores a serem pagos às vítimas do rompimento possam girar em torno de R\$ 230 bilhões.

O processo começou com 46 municípios representados, incluindo quatro baianos. Nove desistiram da ação no tribunal londrino.

Deixaram o caso em Londres

Conceição da Barra (ES)

São Mateus (ES)

Córrego Novo (MG)

Sobralia (MG)

Pingo D'Água (MG)

Ipatinga (MG)

Bugre (MG)

Santa Cruz do Escalvado (MG)

Rio Doce (MG)

Permanecem no processo:

Minas Gerais:

Acaiaca

Açucena

Aimorés

Alpercata

Alvinópolis

Barra Longa

Belo Oriente

Bom Jesus do Galho

Conselheiro Pena

Coronel Fabriciano

Dionísio

Engenheiro Caldas

Fernandes Tourinho

Galiléia

Governador Valadares

Ipaba

Itueta

Mariana

Matipó

Naque

Ouro Preto

Periquito

Raul Soares

Resplendor

São Domingos do Prata

São José do Goiabal

São Pedro dos Ferros

Sem-Peixe

Tumiritinga

Espírito Santo:

Aracruz

Baixo Guandu

Colatina

Marilândia

Bahia:

Alcobaça

Caravelas

Nova Viçosa

Prado

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/6444/repactuacao-21-cidades-aderem-ao-termo-de-reparacao> em 22/09/2026 04:05